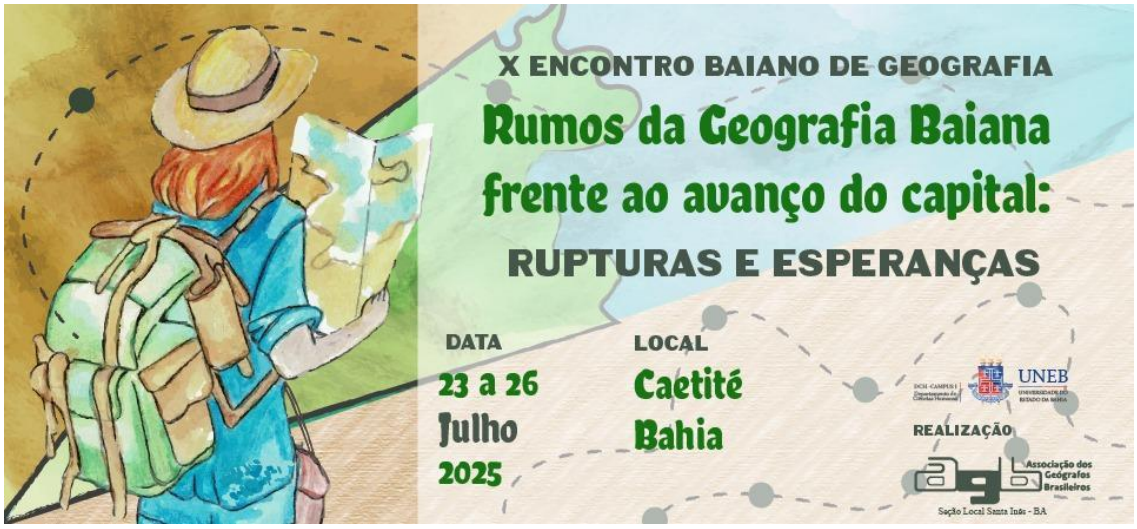

ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: PRÁTICAS E REFLEXÕES

Maria Isabel da Silva Pereira[1]
Iago Gabriel Araújo Santos[2]
Mathias de Almeida Neves[3]
Camila Celestino Figueiredo[4]

Palavras-chave: Educação Anti-Racista; Relato de Experiência; Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

O ensino de Geografia é fundamental nestes tempos em que se escalona no debate público, estimulado, sobretudo, por políticos de extrema-direita, ataques preconceituosos contra as populações historicamente postas em condições de vulnerabilidade desse país como, por exemplo, a população negra. Desse modo, é fundamental a aplicação de práticas pedagógicas que se propõem a suscitar reflexões sobre os estereótipos e preconceitos relacionados à população negra, fruto de uma história narrada pelo ponto de vista do colonizador. Pois:

> [...] embora nosso país seja tão rico em diversidade existencial e cultural, os espaços de poder não refletem essa pluriversalidade, pois estamos

[1] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS-UNEB). Pesquisadora de educação para relações étnico-raciais em Caetité-Bahia.
[2] Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO-UESB). Professor da rede municipal de educação de Guanambi-Bahia.
[3] Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO-UESB). Pesquisador de Resíduos Sólidos no Espaço Urbano de Caetité-Bahia.
[4] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO-UESB). Pesquisadora de Políticas Públicas de convivência com a seca no semiárido no município de Tanque Novo-Bahia.

> assentados em uma óptica ocidental que se nutre de estruturas de opressão, o que não é nada bom para nenhum ambiente (Pinheiro, 2023, p. 87).

No campo da educação formal, isso significa dizer que durante muitos séculos (mantendo-se até a atualidade), a alteridade de um ponto de vista eurocêntrico, no caso brasileiro, os indígenas e negros, foram excluídos do processo educacional como também dos currículos oficiais, sendo invisibilizados na escola ou tratados de forma estereotipada quando representados. Consequentemente, a visão difundida nas escolas sobre esses povos, contribuíram para a reprodução do preconceito ou pela indiferença diante deles, já que não tem como se preocupar com as pessoas que não são sequer notadas por quem é responsável pela educação do país ou, de um modo geral, por quem está no poder no Brasil.

Essas pessoas são marginalizadas e/ou excluídas dos espaços de poder, na política, na mídia, no mundo do trabalho, enfim. Pois, majoritariamente, quem ocupa esses espaços são os beneficiários da colonização, isto é, os descendentes dos colonizadores. Dessa forma, a população negra lida com o que estes descendentes pensam sobre eles, pesando sobre suas existências os estereótipos, o racismo e a discriminação que destroem suas vidas e entravam possibilidades de progresso e desenvolvimento real.

Santos (1997) salienta que, no Brasil, existe uma classe média que não é formada por cidadãos, ou seja, sujeito de direitos; pois não é com direitos que ela se preocupa mas com privilégios o que, por sua vez, impede que a maior parte da população tenha ou acesse os direitos, especialmente, a população negra. Suas cidadanias são, portanto, mutiladas por essa estrutura de opressão (Santos, 1997).

Como afirma Pinheiro (2023, p.01) "há uma luta histórica do movimento negro e das educadoras e dos educadores negros e não negros antirracistas que exige a criação de propostas educacionais que se contraponham à escola eurocentrada". A promulgação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio, bem como, na formação de professores, representa uma conquista histórica e política, cuja reflexão valoriza memórias, histórias e resistências ancestrais. Entretanto, mais de vinte anos depois, a lei ainda não foi implementada de forma efetiva nos currículos das escolas, mesmo que em 2014, o Plano Nacional de Educação estabeleceu metas e prazos para que os currículos incrementem de modo pleno o ensino previsto na referida lei.

Diante disso, vê-se a importância de trazer à tona tais discussões, a fim de formar cidadãos emancipados que saibam dos privilégios/opressões que vivem para que possam superá-los com o objetivo de alcançar uma sociedade mais equitativa.

Pensando nisso, apresenta-se neste relato de experiência, uma prática pedagógica realizada no estágio do curso de licenciatura em Geografia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) *Campus VI*, cujo os objetivos são apresentar os resultados da experiência de maneira crítica e reflexiva, promover práticas que abordem a questão da Educação para as Relações Étnico-Raciais no ensino de Geografia e enfatizar discussões com crianças/adolescentes que visam superar a barreira opressiva do racismo na sociedade.

Acredita-se que o relato de experiência oferece importantes reflexões teóricas sobre as práticas de ensino. Mussi; Flores e Almeida (2021) defendem a perspectiva de que o relato de experiência pode ser considerado, de modo legítimo, uma modalidade de conhecimento científico, pois proporciona uma compreensão mais aprofundada de situações práticas e da interação entre teoria e prática, trazendo consigo uma riqueza de informações derivadas de vivências reais. Além disso, realizou-se, através de pesquisa bibliográfica, um levantamento de referências que foram "capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com

o[s] tema[s]" (Lakatos; Marconi, 2003, p. 158). A seguir, apresenta-se, os resultados discutidos reflexivamente da referida prática.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Diante disso, para promover uma discussão mais aberta, realizou-se uma roda de conversa sobre a formação cultural do território brasileiro, durante uma regência no componente de Estágio Supervisionado do curso de Geografia, em uma escola dos anos finais do Ensino Fundamental localizada em Caetité, Bahia.

A proposta dialoga com a perspectiva de Silva (2015, p.170) ao qual reflete que, "As histórias e culturas que constituem o povo brasileiro têm de ser igualmente valorizadas, estudadas do ponto de vista de suas raízes indígenas, africanas, asiáticas, europeias". Abordar essa diversidade é reconhecer uma luta histórico-cultural, valorizar memórias e honrar as resistências dos vários povos que contribuíram para formação sociocultural do território brasileiro.

Face a isso, os alunos foram organizados no centro da sala em círculo e convidados a compartilharem suas opiniões, histórias e curiosidades sobre temas relacionados à cultura, identidade e autoestima. A atividade proporcionou momentos de grande sensibilidade e reflexão, evidenciando questões muitas vezes silenciadas no cotidiano escolar. Esse espaço de escuta ativa revelou a profundidade desses padrões na vida dos adolescentes, especialmente das meninas negras, com relatos como: "*Tia, é a sociedade que impõe esses padrões, de que as meninas devem ter cabelos lisos, loiros e olhos claros*" (Aluna 1). Essa fala evidencia o quanto os padrões estéticos impostos pela sociedade influenciam diretamente a autoestima, a falta de pertencimento e o bem-estar de meninas negras, reforçando desigualdades desde cedo.

Outro relato é mais direto: "*Tia, lembro de ter sofrido racismo por causa do meu cabelo e, por um tempo, não queria ir à escola*" (Aluna 2). Os relatos das alunas são testemunhos de como o racismo estrutural e institucional se manifesta na vida diária desses estudantes negros e negras, especialmente no ambiente escolar, afetando a forma como os adolescentes se percebem e se relacionam com o mundo ao seu redor.

Para Ribeiro (2019), pessoas negras vêm, há muitos anos, denunciando o racismo como uma estrutura que organiza as relações sociais, sendo responsável por gerar desigualdades e profundas divisões na sociedade.

Ao realizar a aula, ficou perceptível o quanto é fundamental abordar a diversidade cultural no Ensino de Geografia de forma positiva, pois, dessa forma, os alunos compreendem melhor as origens e as múltiplas influências que compõem a identidade do nosso país. Como bem destaca Santos (2017, p.13): "A Geografia passa a ser aquela disciplina tornada mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação e do lugar", tornando essencial para compreender as complexidades do mundo atual. Ela convida a refletir criticamente sobre o lugar ocupado por cada um na sociedade.

Em vista disso, torna-se imprescindível o papel dos professores de Geografia na formação de cidadãos com senso crítico e consciência social, uma vez que ao estimular uma análise do mundo que explore as camadas invisíveis da realidade, isso permitirá aos alunos despertar o senso de pertencimento e a responsabilidade frente às transformações sociais e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência pedagógica demonstrou a relevância de integrar a diversidade cultural e a formação territorial no ensino de Geografia, proporcionando aos alunos a oportunidade de explorar as raízes e a multiplicidade de influências na construção da sociedade brasileira, fomentando uma compreensão mais rica e completa de sua própria identidade e do complexo mosaico cultural que caracteriza o Brasil.

REFERÊNCIAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista práxis educacional**, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. Companhia das letras, 2019.

GONÇALVES, Petronilha Beatriz et al. Crianças negras entre a assimilação e a negritude. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 161-188, 2015.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do estado de São Paulo (org.). **O Preconceito.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997.

SANTOS, Milton. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.